



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº056/2017

**EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

(Regida pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 (com as alterações da Lei n.º 8883/94 e da Lei n.º 9.648/98), Decreto Municipal n.º 057 de 03 de Novembro de 2010, Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei nº 1470, de 22 de Dezembro de 2009 - Institui o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no âmbito municipal.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 545;546;547;548;578;600;660/2017.

SETOR INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Trânsito e Secretaria Municipal de Agricultura.

TIPO: Menor Preço Por Lote.

OBJETO: Aquisição de peças e contratação de serviços para manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Trânsito e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I do edital.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA E PREÇOS

DIA: 20 de dezembro de 2017, ou no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: 13h00min

LOCAL: Av. Presidente Vargas, nº42/54 – Centro – Cordeiro/RJ – Sala de Licitações

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, devidamente autorizado pelo Exmo. Prefeito Municipal de Cordeiro, que justifica o procedimento que se regulamenta nesse Edital, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL **EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, regida pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 (com as alterações da Lei n.º 8883/94 e da Lei n.º 9.648/98), Decreto Municipal n.º 057 de 03 de Novembro de 2010, Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei nº 1470, de 22 de Dezembro de 2009 - Institui o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no âmbito municipal.

Em conformidade com a Portaria nº 207/2017, a Comissão de Licitação do presente procedimento é composta pelo Pregoeiro Oficial: **Josimar Ferraz Santos** e os membros da Equipe de Apoio: **Bárbara de Souza Lima, Francielle de Oliveira Silva e Thulio Prata Soares.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1 - DO OBJETO

1.1 - Aquisição de peças e contratação de serviços para manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Trânsito e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I do edital.

2 - DA LEGISLAÇÃO

O presente edital reger-se-á, principalmente, pelos seguintes instrumentos legais:

2.1 - Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Instituto do Pregão;

2.2 - Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 - alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20/12/2000 - Regulamento do Pregão;

2.3 - Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores - Lei de Licitações;

2.4 - Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.5 - Lei nº 1470, de 22/12/2009 - Institui o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual no âmbito municipal;

2.6 - Lei Complementar nº 128/2008

2.7 - Lei Complementar 147/2014 - Altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

2.6 - Demais exigências deste edital e seus anexos.

3 - DA EXCLUSIVIDADE DO EDITAL

3.1 - Entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame e usufruir das prerrogativas da LC 123/06, aquelas empresas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

3.2 - Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar e usufruir das prerrogativas da LC 123/06 do presente certame aquelas empresas definidas na Lei Complementar 128/08.

3.3 - Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte doravante serão designados respectivamente por MEI/ME/EPP.

3.4 - Para usufruir dos benefícios da Lei Municipal 1470, de 22 de Dezembro de 2009 e participar do certame o licitante deverá entregar fora dos envelopes e no momento do credenciamento e representação a declaração de enquadramento (ANEXO VII).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Somente poderão participar desta licitação as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado e as que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e de seus anexos, inclusive quanto à documentação.

4.2 - É VEDADA À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:

- a) - Tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal;
- b) - Estiver sob o processo de falência ou concordata;
- c) - Estiver impedida de transacionar com a administração pública municipal;
- d) - Tenha sido punida com rescisão contratual que por deficiência dos serviços prestados, que por outro fato que tenha motivado a rescisão, por sua culpa, no transcorrer dos últimos 02 (dois) anos;
- e) - Cujo proprietário, sócio, diretor ou gerente seja servidor público, dirigente ou funcionário da Prefeitura Municipal de Cordeiro.

4.3 - É vedada à participação de pessoas físicas e consórcios.

5 - DO CREDENCIAMENTO

Para o Credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) - Tratando-se de **representante legal**: cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na junta comercial ou, no caso de Microempreendedor Individual apresentar o documento de identidade com foto e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com.br> ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura ou Termo de Credenciamento de acordo com modelo estabelecido nos anexos deste Edital.

b) - Tratando-se de **procurador**: a procuração por instrumento público ou instrumento particular, com firma reconhecida, da qual constem dentre outros poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) - **Os interessados deverão entregar o Documento de Credenciamento (facultativo*)**

d) - **Os interessados deverão entregar a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Idoneidade, documento obrigatório.**

e) – O MEI/ME/EPP deverá apresentar fora do envelope a **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ANEXO VII)**, sendo este documento **obrigatório** para usufruir dos benefícios da lei municipal nº 1470, de 22 de Dezembro de 2009, possibilitando a participação na



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

cota exclusiva.

f) - Os documentos acima mencionados e os envelopes de Proposta comercial e documentação de habilitação deverão ser entregues ao (à) Pregoeiro (a) Oficial, até às 13:00 (treze), havendo uma tolerância máxima de 10 (dez) minutos.

g) - O licitante que não apresentar o Documento de Credenciamento ficará impedido de apresentar lances, não poderá manifestar-se durante a sessão e ficará impossibilitado de responder pela empresa, bem como de interpor recurso em qualquer fase. Somente será aproveitada a sua proposta escrita, se apresentar junto com os envelopes de proposta comercial e de documentos de habilitação a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

h) - Em ambos os casos não serão retidos os documentos que constem do item **Habilitação**.

i) - É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas;

j) - Apresentarão, **de forma avulsa**, as alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes.

5.1 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

5.2 - A ausência do credenciamento não constituirá motivo para inabilitação ou desclassificação de proposta do concorrente.

6 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1 - As Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, conforme itens DA HABILITAÇÃO deverão ser entregues em envelopes distintos devidamente fechados e rubricados no fecho, atendendo fielmente aos requisitos deste Edital no local, dia e hora determinados. As partes externas desses envelopes deverão estar identificadas conforme abaixo:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 056/2017
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA DE PREÇO.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 056/2017
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

7 - DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1 - A Proposta de Preço deverá ser elaborada conforme modelo em anexo a este Edital e entregue através de mídia e uma via impressa devendo ser datada e assinada na última folha e rubricada nas demais. **No campo DADOS BANCÁRIOS a empresa proponente deverá informar os dados bancários para posterior transferência bancária, importando a omissão em possível dificuldade por parte do município em efetuar o pagamento devido** ou em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

documento idêntico elaborado pela licitante, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

- a) Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e número de fax;
- b) Descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações da **RELAÇÃO DOS ITENS DO PROCESSO - ANEXO I** do edital;
- c) Indicação do prazo de validade da Proposta Comercial, contado da data de sua entrega ao pregoeiro que será de no mínimo 60 dias presumida na forma da lei;

7.2 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.3 - Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atuado em processo.

7.4 - Na fase de classificação e conformidade, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

7.5 - caso a licitante não aceite as correções, sua proposta comercial será desclassificada.

7.6 - A simples apresentação da proposta implica que os preços ofertados incluem todos os custos e despesas, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, materiais, equipamentos, serviços, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, lucro, entrega dos itens além de quaisquer outros aqui não elencados e que atende a todas as características deste Edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidades e prazos e validade da proposta comercial de no mínimo 60 dias presumida na forma da lei;

8 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1 - A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um Pregoeiro, devidamente auxiliado pela equipe de apoio, e realizada de acordo com o disposto no Regulamento de Licitação denominada Pregão, aprovado pelo Decreto n.º 057, de 03 de Novembro de 2.010, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto 3.555, de 08 de agosto de 2000 e em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário determinados.

8.2 - No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do Decreto nº 057/2010 que Regulamenta as licitações na modalidade Pregão Presencial e para prática dos demais atos do certame, conforme item 5 (cinco) deste Edital.

8.3 - Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão, não sendo mais admitidos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

novos proponentes e dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os Documentos de Habilitação.

8.4 - Sendo impossível prosseguir com o certame em face da quantidade de itens, o pregoeiro receberá os envelopes lacrados e vistados sob o lacre, manterá sob sua guarda até a mesma hora do primeiro dia útil subsequente quando dará prosseguimento à abertura dos envelopes restantes.

9 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A presente licitação é do tipo **Menor Preço Por Lote**, o julgamento das propostas de preços será realizado em conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerada vencedora a proposta que apresentar o **Menor Preço Por Lote** atender as condições de habilitação.

9.2 - Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e, posteriormente pelos representantes das licitantes.

9.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos.

9.4 - Uma vez apresentada, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.5 - Será proclamado pelo Pregoeiro o proponente que ofertar a proposta de **Menor Preço Por Lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos e, serão anunciados os proponentes cujas propostas apresentem preços até 10% (dez por cento) superior à primeira ou, ainda, as 03 (três) melhores ofertas, conforme disposto no Art. 4º IX da Lei Federal 10.520/02 de 17 de julho de 2002 e no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.6 - Aos proponentes proclamados e anunciados na forma do item anterior será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes:

9.6.1 - O pregoeiro convidará individualmente os proponentes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

9.6.2 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de classificação das propostas;

9.6.3 - Casos lances verbais não se realizem, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

9.7 - Encerrada a etapa competitiva do pregão as ofertas para cada item, definido neste Edital e seus anexos, serão ordenadas exclusivamente pelo critério de **Menor Preço Por Lote**.

9.8 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade do último lance apresentado pelo primeiro classificado quanto ao valor e quanto aos itens definido neste Edital e em seus anexos, podendo decidir motivadamente a respeito.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.9 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item supracitado, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.10 – Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente que a tiver formulado, com base na regularidade dos documentos complementares, conforme item **DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.

9.11 - Constatado o pleno atendimento das exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicados os itens, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.12 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, e que atenda ao edital e seus anexos, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado os itens definidos neste Edital.

9.13 - Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes deste Edital e seus anexos.

9.14 - Serão desclassificadas as propostas de preços:

9.14.1 - Que não atenderem às exigências deste Edital e seus anexos, bem como as omissas ou as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.14.2 - Com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com os itens integrantes do lote em análise;

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 - Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no envelope nº 02 que deverá estar devidamente identificado conforme item DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, indicado neste Edital.

10.2 - O proponente deverá apresentar dentro do envelope nº 02 todos os documentos exigidos neste item - DA HABILITAÇÃO, como condição para participar do certame cujo descumprimento resulta automática inabilitação.

10.3 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo pregoeiro e equipe de apoio.

10.4 - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do proponente, com número do seu CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo:

10.4.1 - Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.4.2 - Se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela sua natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.5 - Todos os proponentes deverão apresentar dentro do envelope nº 02 os seguintes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

documentos:

10.5.1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO COMPREENDE:

- a) - Habilitação jurídica;
- b) - Regularidade fiscal
- c) – Regularidade Trabalhista e;
- d) - Qualificação econômica - financeira.

10.5.2 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.5.2.1 – NO CASO DE EMPRESA INDIVIDUAL

- a) - Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

10.5.2.2 NO CASO DE EMPRESA LTDA - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

- a) - Apresentação do Ato Constitutivo (**Estatuto ou contrato social**) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

10.5.2.3 - NO CASO DE SOCIEDADE CIVIL.

- a) - Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

10.5.2.4 - NO CASO DE EMPRESA ESTRANGEIRA.

- a) - Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

10.5.2.5 - NO CASO DE COOPERATIVA:

- a) - Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;
- b) - Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);
- c) - Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital;

10.5.2.6 – NO CASO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

- a) - Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com..>

10.5.2.7 - EM TODOS OS CASOS:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a) - Apresentação de declaração do licitante de que cumpre os preceitos estabelecidos nos art. 27, V da Lei 8.666/93, bem como o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (**Declaração de que não emprega menor**) ANEXO VI.

10.5.3 - REGULARIDADE FISCAL

10.5.3.1 - A documentação relativa à regularidade fiscal consiste em:

- a) - Apresentação de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral junto ao **(C.N.P.J.)**;
- b) Apresentação de **Alvará Municipal, obrigatoriamente, e inscrição no cadastro de contribuintes municipal (comprovante de inscrição) ou estadual (comprovante de inscrição, e de situação cadastral)**, se houver, relativo à sede do concorrente.
- c) - Apresentação de **CND Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais** e a Dívida Ativa da União, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) - Apresentação de **Regularidade para com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) - Apresentação de **Regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) - Apresentação de CND para comprovação de Regularidade Social (**FGTS** - certificado), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g) - Apresentação de **Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Estado** do domicílio ou da sede do Licitante;
- h) - Apresentação de **Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Município** do domicílio ou da sede do Licitante.
- i) A regularidade junto às Fazendas Públicas, estabelecidas nas letras "c", "d", "e", "f", "g" e "h" poderão ser demonstradas através de Certidões Positivas com efeito de negativa, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, na forma do disposto no artigo 206 do Código Tributário Nacional.

10.5.3.2 - DA OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL

a) - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006;

b) - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

c) - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.5.4 – REGULARIDADE TRABALHISTA

a) - Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.5.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) - Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

As empresas com menos de 01 (um) ano de existência deverão apresentar balanços de constituição (ativo e passivo) e balanço analítico dos meses anteriores assinados pelo profissional contabilista e sócio gerente.

b) - Apresentação de Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

c) - Apresentação de declaração ou certidão que informe quantos são os cartórios de distribuição de falência e concordata da sede do licitante.

10.6 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.6.1 - Na hipótese de algum documento não conter expressamente o prazo de validade, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão;

11 - DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

11.1 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

11.2 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o acolhimento ou não da petição interposta no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da petição.

11.3 - A petição contra este Edital somente será acolhida quando afetar a formulação das propostas de preços ocasião em que será designada nova data para realizar o pregão.

11.4 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO o proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura dos envelopes de propostas de preços.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Dos atos praticados pelo pregoeiro decorrentes da presente licitação, cabem recursos administrativos de acordo com o estabelecido no artigo 4º, incisos XVIII a XXI, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12.2 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos eventualmente insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos, a autoridade competente adjudicará e homologará o processo para determinar a contratação se, entendendo-a ainda conveniente e oportuna.

12.5 - O Recurso deverá ser apresentado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Cordeiro com o recolhimento das custas ou na forma da Lei 9.800/99. Quando ocorrer a entrega dos originais sejam recolhidas as custas devidas.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 - As despesas decorrentes da contratação objeto, no valor de R\$ 13.315,37(treze mil, trezentos e quinze reais e trinta e sete centavos), desta licitação correrão no exercício de 2017, à conta dos seguintes recursos orçamentários:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100412.046

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.30

FICHA: 195

FONTE: 03

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100412.046

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.30

FICHA: 195

FONTE: 03

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100412.046

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39

FICHA: 210

FONTE: 13

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100412.046

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39

FICHA: 207

FONTE: 03

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100462.047

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.30

FICHA: 219

FONTE: 04

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Trânsito

PROGRAMA DE TRABALHO: 1101.0612200282.079

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39

FICHA: 406

FONTE: 03



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Agricultura

PROGRAMA DE TRABALHO: 0501.2012200202.023

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39

FICHA: 121

FONTE: 03

14 - DA VIGÊNCIA

O Contrato será válido por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública, de acordo com os artigos 57, II e 65 e seguintes todos do diploma legal nº8.666/93.

15 - DA CONTRATAÇÃO

15.1 - Após a homologação da licitação pela autoridade competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, o proponente vencedor será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do termo de contrato. O proponente que ensejar retardamento na assinatura do contrato, a administração pública aplicará as penalidades das cláusulas 19.1 a 19.3.

15.2 - É facultado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, quando o convocado não aceitar ou não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista neste Edital e em lei.

15.3 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, poderá rescindir, a qualquer tempo, o termo contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à contratada qualquer espécie de direito, nos casos previstos em lei e no contrato firmado entre as partes.

15.4 - A rescisão do termo acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, a retenção dos créditos decorrentes da Nota de Empenho limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste Edital e em lei, até a completa indenização dos danos.

15.5 - Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

16 - PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO

a) - Os materiais e serviços objeto deste contrato deverão ser entregues e executados de acordo com os Projetos Básicos em anexo.

16.1 - FORMAS DE ENTREGA E EXECUÇÃO

16.1.1 - A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

a) – Entregar as peças e executar os serviços de acordo com os Projetos Básicos em anexo;

b) - Entregar os produtos contendo em sua embalagem a data de fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- c) - Repor o produto dentro do prazo de validade e/ou vida útil, no caso de qualquer alteração dos mesmos;
- d) - Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;
- e) - A contratada comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este edital, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigida.
- f) - Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da aquisição dos produtos.

16.2 - LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO

16.2.1 - A contratada ficará sujeita a entregar as peças e executar os serviços de acordo com os Projetos Básicos em anexo .

17 - DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

17.1 - A licitante vencedora obriga-se a entregar os materiais a que se refere esta licitação de acordo estritamente com as especificações descritas neste edital, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do material que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações.

18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do fornecedor, por ordem bancária em prazo não superior a 30 (trinta) dias da emissão da Fatura ou Nota Fiscal. Sob nenhuma hipótese será acatada cobrança através de Boleto Bancário.

18.2 - O pagamento de cada entrega será efetuado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO** em prazo não superior ao 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.

18.3 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, o devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

18.4 - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário Municipal do órgão requisitante da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO.

18.5 - Caso a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

18.6 - A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.

18.7 - As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, Av. Presidente Vargas, nº42/54 – Centro – Cordeiro/RJ – CEP:28.540-000 – CNPJ: 28.614.865/0001-67.

18.8 - Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos produtos devidamente corrigida e atestada pelo Fiscal de contratos.

18.9 - A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal dos produtos, por parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.

18.10 - Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual, inclusive.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - O proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não assinar o contrato, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do termo contratual, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da PMC, e no caso de suspensão de licitar, o proponente deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

19.2 - O não cumprimento dos prazos dos eventos contratados ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do fornecimento.

19.3 - A aplicação da multa estabelecida no subitem anterior não impede que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO rescinda unilateralmente o fornecimento e/ou aplique as sanções previstas no subitem 19.4, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.

19.4 - No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, poderá garantir a prévia defesa, rescindi-la e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:

a) - Advertência;

b) - Multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

c) - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, por um período não superior a 05 (cinco) anos; e

d) - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida sua reabilitação,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no disposto na alínea anterior.

19.5 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do subitem 19.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" do mesmo subitem.

19.6 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do subitem 19.4, somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO** e apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a contratada for notificada. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dá direito a qualquer contestação.

19.7 - A sanção estabelecida na alínea "d" do subitem 19.4, é de competência exclusiva da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 5 (cinco) anos de sua aplicação.

19.8 - As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 19.4, poderão também ser aplicadas à contratada ou aos profissionais que, na execução do contrato:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar o objetivo da licitação;
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

19.9 - A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO** formalizará comunicado à contratada sobre as advertências e multas aplicáveis, ficando assegurada a esta, a garantia de prévia defesa, a qual deverá ser apresentada a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação.

19.10 - Será de responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

19.11 - Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do contrato.

20 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO** deverá:

20.1 - Efetuar o pagamento à contratada, nos termos previstos neste edital, em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária, de acordo com a regularidade da contratada.

20.2 - Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

fornecimentos, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo medidas corretivas por parte da contratada.

20.3 - Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

20.4 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

20.5 - Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento.

20.6 - Propiciar as condições necessárias para a realização das entregas.

20.7 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada.

20.8 - Designar servidor para fiscalizar o fornecimento.

21 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 - Cumprir fielmente o estipulado neste Edital e seus anexos e na proposta de preços;

21.2 - Providenciar a entrega dos materiais, no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, no endereço indicados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO;

21.3 - Substituir no prazo máximo de 03 (três) dias úteis o item que for considerado defeituoso pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO;

21.4 - Apresentar documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, sempre que solicitado;

21.5 - Responder pelos danos causados diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO;

21.6 - Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO;

21.7 - Manter os seus empregados, quando do fornecimento dos produtos, sujeitos às normas disciplinares da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, porém, sem qualquer vínculo empregatício com esta entidade;

21.8 - Manter seus empregados, quando em trabalho na PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, identificados com crachá devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares desta PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO;

21.9 - Dar ciência a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, imediatamente, por escrito, de toda e qualquer anormalidade que ocorrer, inclusive durante o prazo de garantia dos materiais;

21.10 - Arcar com todas as despesas trabalhistas, previdenciárias, judiciais, indenizações, seguros



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

e outros de seus empregados e prepostos;

21.11 - Arcar com todas as despesas necessárias para entrega dos materiais;

21.12 - Assumir inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade dos materiais;

21.13 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avançados;

21.14 - Manter todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, até o encerramento dos compromissos pactuados.

21.15 - A licitante vencedora obriga-se a entregar os objetos a que se refere esta licitação de acordo estritamente com as especificações descritas neste edital, sendo de sua inteira responsabilidade: a reposição do objeto que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações; todos os custos e despesas, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, materiais, equipamentos, serviços, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, lucro, entrega dos itens além de quaisquer outros aqui não elencados e se comprometendo a atender todas as características deste edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidade e prazos.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da contratada, farão parte do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

22.2 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.3 - Fica assegurado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO o direito de revogar a presente licitação por interesse da Administração ou anulá-la por ilegalidade, a qualquer tempo, no todo ou em parte, dando a devida ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

22.4 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO providenciará, as suas expensas, a publicação no Diário Oficial da Municipalidade do extrato do termo de contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo de 10 (dez) dias daquela data.

22.5 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.7 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho. Caso haja supressão que exceda o limite estipulado no § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, a mesma pode ser realizada desde que resultante de acordo entre as partes, conforme disposto no inciso II do § 2º do mesmo artigo.

22.8 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão de entrega e abertura dos envelopes será automaticamente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro em contrário.

22.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Ademais, os prazos somente se iniciam ou vencem em dias de expediente no Prédio Administrativo.

22.10 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

22.11 - Será dada vistas aos proponentes interessados das Propostas de Preço e dos Documentos de Habilitação apresentados.

22.12 - De a reunião lavrar-se-á ata circunstanciada na qual será registrada a ocorrência relevante e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos proponentes presentes.

22.13 - Após a realização deste Pregão, os autos do respectivo processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede ds PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO – Av. Presidente Vargas, nº42/54 – Centro – Cordeiro/RJ.

22.14 - Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.14- ACOMPANHAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO N.º

- I. Modelo de Proposta de Preços;
- II. Termo de Referência;
- III. Minuta do Contrato
- IV. Termo de Credenciamento;
- V. Declaração de cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Declaração de Idoneidade;
- VI. Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;
- VII. Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
- VIII. Declaração relativa a contratação de servidores públicos

22.15 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do contrato a ser firmado.

22.16 Quaisquer informações e esclarecimentos relativos ao presente Edital e seus Anexos poderão ser dirimidas pelo Pregoeiro, desde que apresentadas por escrito, até a véspera da data fixada para a abertura dos envelopes, e encaminhadas ao endereço Av. Presidente Vargas, nº42/54 - Centro – Cordeiro/RJ ou por meio do correio eletrônico, licitacao@cordeiro.rj.gov.br, fazendo referência ao número deste pregão.

22.17 - Os casos omissos ou situações não explicadas neste Edital e seus anexos serão decididos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, principalmente pelos comandos legais seguintes: - Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores - Lei de Licitações;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

22.18 - O Foro da Comarca de Cordeiro será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer questões que possam vir a decorrer do presente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

Cordeiro, 04 de dezembro de 2017.

Josimar Ferraz Santos
Pregoeiro

Luiz Antônio Da Silva Cavalheiro
Secretário De Educação

Fabiano Rodrigues Pinto
Secretário De Trânsito

Amarildo Lanes Luz
Secretário De Meio Agricultura



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO:
545;546;547;548;578;600;660/2017

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 056/2017

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	ESTIMATIVA UNITÁRIO	MARCA OFERECIDA	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL
	CILINDRO EMBREAGEM - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	UNID.	1	1.980,00			
	CONSULTA DIAGNOSTICO COM SCANNER - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	SERV.	1	330,00			
	FOLHA ACRÍLICO 4 MM - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	UNID.	1	580,00			
	MOLA MESTRE TRASEIRA - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	UNID.	1	425,00			
	OLEO DO T4 - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	UNID.	1	34,50			
1	REVISÃO RODA TRASEIRA L.D - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	SERV.	1	150,00			
	SERVIÇO BUCHA PONTA EIXO PRIMÁRIO - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	SERV.	1	1.883,33			
	SERVIÇO DE MOLA - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	SERV.	1	116,67			
	SERVIÇO MODELAGEM FOLHA ACRÍLICO - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	SERV.	1	256,67			
	SERVIÇO PARTE ELÉTRICA - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	SERV.	1	380,00			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	SUBSTITUIÇÃO DO CILINDRO - MICROONIBUS ESCOLAR LRA 5784	SERV.	1	320,00		
	1ª MOLA - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	1	300,67		
	2ª MOLA - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	1	300,67		
	3ª MOLA - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	1	258,52		
	4ª MOLA - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	1	221,03		
	AMORTECEDOR - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	PAR	1	439,67		
	BOMBA ALIMENTADORA - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	1	375,00		
	BORRACHA DO ESTABILIZADOR - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	6	35,83		
2	CEBOLINHA OLEO MOTOR - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	1	48,00		
	CONSULTA DIAGNÓSTICO COM SCANNER - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	2	330,00		
	JOGO DE PALHETA - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	1	133,87		
	MOLA CUIÇÃO - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	1	89,10		
	MOLA MESTRE - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	1	494,97		
	PINO CENTRAL - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	UNID.	2	25,53		
	REVISÃO DA SUSPENSÃO - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	1	220,00		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	REVISÃO RODAS DIANTEIRAS - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	1	163,33		
	REVISÃO RODAS TRASEIRAS - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	1	163,33		
	SERVIÇO PARTE ELÉTRICA - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	1	513,33		
	SUBSTITUIR 4 PARAFUSOS SUPORTE AMORTECEOR - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	1	60,00		
	SUBSTITUIR A CEBOLINHA DE OLEO - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	1	60,00		
	SUBSTITUIR BOMBA ALIMENTADORA - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	1	120,00		
	SUBSTITUIR BORRACHAS ESTABILIZADOR - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	1	143,33		
	SUBSTITUIR MOLA - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	2	116,67		
	SUBSTITUIR PAR AMORTECEDOR - MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE KNV 6646	SERV.	1	141,67		
3	SERVIÇO NA PARTE ELETRICA (REVISÃO EM SISTEMA DE INJEÇÃO, CONCERTO EM MODULO CENTRAL, REVISÃO EM CAIXA DE FUSIVEIS E RECUPERAÇÃO DO CHICOTE) GOL LKT 6130	SERV.	1	1.080,00		
4	CONCERTO EM SISTEMA DE PARTIDA E IGNIÇÃO DO CAMINHÃO BASCULANTE LSH 2021	SERV.	1	145,00		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5	REVISÃO GERAL EM PARTE ELÉTRICA E RETIRAR CURTO CIRCUITO EM CHICOTE DO CAMINHÃO BASCULANTE KPW 8999	SERV.	1	228,33		
				TOTAL		

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE/UF:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL

:

BAN

CO:

AGÊNCIA:

CONTA:

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

DECLARAMOS INTEIRA SUBMISSÃO AOS TERMOS DA LEI N° 8.666/1993

DATA: ____/____/____

REPRESENTANTE DA EMPRESA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II – TERMOS DE REFERÊNCIAS

**PROJETO BÁSICO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA
AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA**

A Secretaria Municipal de Educação do município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, convida esta conceituada EMPRESA a participar da presente cotação de preços para atender suas necessidades, conforme especificação abaixo:

1. OBJETO

Pregão para aquisição de peças automotivas e contratação de serviços de mecânica para atender os veículos oficiais desta Secretaria:

- Microônibus Escolar - Placa LRA 5784 – Marca/modelo: IVECO/CITYCLASS 70c17 - Ano 2013/2014 - COMBUSTÍVEL DIESEL - COR AMARELA - 22 PASSAGEIROS
- Microônibus Escolar - Placa KNV 6646 – Marca/modelo MARCOPOLO/ VOLARE V8L ESC - ANO 2009 - COMBUSTÍVEL DIESEL - COR AMARELA - 31 PASSAGEIROS

1.1 JUSTIFICATIVA

A aquisição de peças se faz necessária para que sejam efetuados os serviços de consertos dos ônibus escolares, devido o uso diário para transportar os alunos residentes na Zona Rural para as Unidades Escolares especificadas.

Unidade	Bairro
JARDIM DE INFÂNCIA MUNICIPALIZADO ENY GALVOZA	CENTRO
E. M. NELY DE RESENDE MARANHÃO	CONSTANTINO
E. M. ZULEIKA JUDICE DE M. RODRIGUES	RETIRO POÉTICO
E. M. JOSÉ PINHO DE CARVALHO	IPERJ
E. E. MZ. RODOLFO GONÇALVES	RODOLFO GONÇALVES

SERVIÇOS:

Fornecimento de peças específicas a serem utilizadas e/ou substituídas no conserto dos Microônibus, bem como mão de obra referente à execução desses serviços.

- **Microônibus Escolar - Placa LRA 5784 – Marca/modelo: IVECO/CITYCLASS 70c17 - Ano 2013/2014 - COMBUSTÍVEL DIESEL - COR AMARELA - 22 PASSAGEIROS**

DEFEITO	PEÇA NECESSÁRIA	MÃO DE OBRA
FOLHA DE ACRÍLICO DANIFICADA	1 UNIDADE DE FOLHA DE ACRÍLICO 4 MM	SIM – TROCA DA FOLHA DE ACRÍLICO
MOLA MESTRE TRASEIRA QUEBRADA	UMA MOLA MESTRE TRASEIRA	SIM – TROCA DA MOLA
CILINDRO DA EMBREAGEM	01 (UM) CILINDRO DA EMBREAGEM	SIM – PARA A TROCA DA PEÇA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

FALTA DE ÓLEO DOT	ÓLEO DOT	
RODA TRASEIRA	NÃO	SIM – REVISÃO DA RODA TRASEIRA
RODA TRASEIRA	NÃO	SIM - CONSULTA DIAGNÓSTICO COM SCANNER
PARTE ELÉTRICA	NÃO	SIM - REVISÃO/CONCERTO DA PARTE ELÉTRICA

- **Microônibus Escolar - Placa KNV 6646 – Marca/modelo MARCOPOLO/ VOLARE V8L ESC - ANO 2009 - COMBUSTÍVEL DIESEL - COR AMARELA - 31 PASSAGEIROS**

DEFEITO	PEÇA NECESSÁRIA	MÃO DE OBRA
AMORTECEDORES QUEBRADOS	01 (UM) PAR DE AMORTECEDOR	SIM – TROCA DOS AMORTECEDORES
MOLAS QUEBRADAS	MOLA 1ª, MOLA 2ª, MOLA 3ª, MOLA 4ª E MOLA CUIÇÃO – 01 (UMA) UNIDADE CADA	SIM – TROCA DAS MOLAS
BORRACHA DE ESTABILIZADOR GASTA	06 (SEIS) UNIDADES DE BORRACHA DE ESTABILIZADOR	SIM – TROCA DAS BORRACHAS
PALETA LIMPADOR DANIFICADA	01 (UM) JOGO PALETA LIMPADOR	SIM – TROCA DO JOGO DE PALETA
PINO CENTRO GASTO NÃO FAZENDO MAIS EFEITO	02 (DUAS) UNIDADES DE PINO CENTRO	SIM – TROCA DOS PINOS
CEBOLINHA DE ÓLEO DO MOTOR	01 (UMA) UNIDADE – CEBOLINHA DE ÓLEO DO MOTOR	SIM – TROCA DA CEBOLINHA
CEBOLINHA DE ÓLEO DO MOTOR	NÃO	SIM - CONSULTA DIAGNÓSTICO COM SCANNER
BOMBA ALIMENTADORA	01 (UMA) UNIDADE – BOMBA ALIMENTADORA	SIM – TROCA DA BOMBA ALIMENTADORA
SUSPENSÃO	NÃO	SIM – REVISÃO DA SUSPENSÃO
AMORTECEDORES	04 (QUATRO) UNIDADES – PARAFUSO DO SUPORTE DO AMORTECEDOR	SIM – TROCA DOS PARAFUSOS

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

- 2.1. Podem participar pessoas jurídicas devidamente habilitadas a prestarem os serviços objeto do presente procedimento, formalmente convidadas pela Secretaria Municipal de Educação.
- 2.2. O proponente deverá preencher o documento de cotação de preço de material e/ou serviço, fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.
- 2.3. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos orçamentos dos exercícios de 2017, compromissada por conta das Dotações Orçamentária e Natureza de Despesas abaixo descritas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A Secretaria Municipal de Educação solicitará a(s) firma(s) vencedora(s) do certame a execução dos serviços de mecânica, incluindo a substituição das peças necessárias conforme especificado nesse Projeto Básico.

3.2 Toda peça utilizada e/ou substituída no conserto dos veículos deverá ser nova, sem uso anterior, em condições perfeitas para seu funcionamento bem como estar dentro do seu prazo de garantia/validade.

3.3 A parte de execução dos serviços deverá ter garantia de no mínimo 03 (três) meses, a partir da sua finalização;

3.4 Estão excetuados os casos em que forem verificados mau uso ou imprudência por parte dos funcionários dessa Secretaria.

3.5 Tanto as peças como a mão de obra deverão ter sua respectiva nota fiscal emitida e entregue à Secretaria Municipal de Educação para fins de atesto.

4. PROPOSTA

A cotação de preços deverá ser entregue a Prefeitura de Cordeiro – Setor de Compras, devidamente preenchida, que encaminhará para as devidas providências.

4.1 – Para efeito de montagem da proposta de preços, cada licitante deverá considerar as especificações dos produtos de referência deste Termo de Referência bem como observar que deverão ser especificados preços tanto para as peças como para mão de obra, conforme exposto;

4.2 – Foi feita pesquisa de preços das peças e serviços a serem realizados, tendo como base esse projeto Básico. Portanto, os produtos e serviços ofertados deverão apresentar as mesmas características de qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento e acabamento dos produtos e serviços de referências;

4.3 - O licitante que ofertar produtos e serviços com características de qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento, e acabamento diferente daquelas dos produtos e serviços de referência, apenas com o objetivo de reduzir o preço ofertado diante dos demais licitantes, estará sujeito, caso se consagre vencedor da licitação e seus produtos e serviços sejam reprovados pelos critérios citados acima, a fornecer os produtos e serviços de referência constantes deste Termo, pelo preço ofertado, sem ônus para o Município de Cordeiro-RJ.

4.4 - Tipo de licitação: menor preço por lote.

4.5 – Na proposta de preços, cada licitante deverá informar as marcas e modelos dos produtos ofertados.

4.6 – Antes de ser declarado provisório vencedor, a proposta de preços do licitante melhor qualificado, deverá ser avaliada, a fim de verificar se os produtos e serviços ofertados atendem às especificações do Termo de Referência.

5. DA ENTREGA E PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS DAS PEÇAS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.1 - O início para a realização dos serviços com a troca das peças necessárias deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação do Município de Cordeiro.

5.2 – Tanto o fornecimento das peças como a realização dos serviços serão realizados em uma única vez, num prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir da solicitação.

5.2 – Efetuados os serviços, o mesmo será fiscalizado em conformidade com as especificações e solicitações desta Secretaria, sempre cumprindo o exposto nesse Termo de Referência.

6 - CONTROLE DA EXECUÇÃO

6-1- Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e entrega dos veículos, anotando em registro próprio todas as ocorrências verificadas e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6-2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6-3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços será de responsabilidade do fiscal de contrato nomeado por esta Secretaria, o Sr Antônio Bastos Guimarães.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - A CONTRATADA deverá apresentar o Documento Fiscal para cobrança respectiva do serviço até o 5º (quinto) dia útil da data final de adimplemento da obrigação, ao órgão solicitante, para fins de atesto do serviço, instrução do processo de liquidação e pagamento, de acordo com o Cronograma Físico – Financeiro.

8.2 - A Prefeitura Municipal de CORDEIRO pagará a CONTRATADA, o valor correspondente ao objeto, em que couber, em cada mês, no 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, uma vez obedecido às formalidades legais e contratuais previstas, Ou seja, a cada mês deverá ser emitida nota fiscal correspondente à prestação de serviços daquele mês.

8.3 - Os pagamentos, eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à Contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e juros moratórios de 0,5 % ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, etc.

9.2 – Executar os serviços nas suas dependências (oficina) e avisar a essa Secretaria o término dos mesmos;

9.3 - Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Fiscal de Contrato referentes às condições firmadas nas especificações e normas técnicas;

9.4 - Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

9.5 - Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do contrato;

9.6 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente termo de referência;

9.7 - Pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais relativas aos serviços executados e/ou materiais entregues, com base no Termo de Referência, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

9.8 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.9 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, mediante autorização expressa (ordem de fornecimento de material). A Nota Fiscal será emitida imediatamente na entrega do material, a qual constará além do valor total, a descrição dos serviços realizados constando todas as peças trocadas com as suas respectivas marcas;

9.10 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.11 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.12 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13 – Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

10 - DO ÓRGÃO REQUISITANTE

10.1 - Solicitar, na data da abertura dos envelopes da presente licitação e se julgar necessária, a presença de servidor da Secretaria Municipal de Educação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.2 - Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

11-1 - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11-2 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11-3 - Fraudar na execução do contrato;

11-4 - Comportar-se de modo inidôneo;

11-5 - Cometer fraude fiscal;

11-6 - Não manter a proposta.

11-7 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.7.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.7.2 - Multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

11.7.3 - Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.7.4 - Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.7.5 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

11.7.6 - Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

11.7.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.7.8 - Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.7.8.1 - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.7.8.2 - Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.7.8.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.7.8.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993,

11.7.8.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7.8.6 - Demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá dirigir-se à Prefeitura Municipal de Cordeiro/Secretaria Municipal de Educação, de 2ª à 6ª feira – das 13 às 17 horas.

12. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Prefeitura Municipal de Cordeiro/Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a legislação pertinente e sempre de acordo com o presente Projeto Básico.

Cordeiro, 01 de Novembro de 2017

Luiz Antônio Cavalheiro
Secretário Municipal de Educação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PROJETO BÁSICO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA
SERVIÇOS ELÉTRICOS DOS CAMINHÕES BASCULANTES QUE ATENDEM A SECRETARIA
DE AGRICULTURA**

A Secretaria Municipal de Agricultura do município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, convida esta conceituada EMPRESA a participar da presente cotação de preços para atender suas necessidades, conforme especificação abaixo:

1. OBJETO

Pregão para contratação de serviços de elétrica para os Caminhões Basculantes que atendem a Secretaria:

- CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEM 13.180 WORKER ANO:2007
CHASSI:9BWB172S27R725723 PLACA:LSH 2021
- CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ ATRON 2729 K ANO:2013
CHASSI:9BM693388DB936039 PLACA:KPW 8999

1.1 JUSTIFICATIVA

A presente solicitação se faz necessária devido os caminhões terem apresentado problemas no sistema elétrico, ocasionando o mal funcionamento do equipamento.

SERVIÇOS:

- **CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEM 13.180 WORKER ANO:2007
CHASSI:9BWB172S27R725723 PLACA:LSH 2021**

Conserto em Sistema de partida e ignição

- **CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ ATRON 2729 K ANO:2013
CHASSI:9BM693388DB936039 PLACA:KPW 8999**

Revisão geral em parte elétrica e retirar curto circuito em chicote.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

- 2.4. Podem participar pessoas jurídicas devidamente habilitadas a prestarem os serviços objeto do presente procedimento, formalmente convidadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.
- 2.5. O proponente deverá preencher o documento de cotação de preço de material e/ou serviço, fornecido pela Secretaria Municipal de Agricultura.
- 2.6. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos orçamentos dos exercícios de 2017, comprometida por conta das Dotações Orçamentária e Natureza de Despesas abaixo descritas.

3. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

3.1 A Secretaria Municipal de Agricultura solicitará a(s) firma(s) vencedora(s) do certame a execução dos serviços de elétrica, conforme especificado nesse Projeto Básico.

3.2 A parte de execução dos serviços deverá ter garantia de no mínimo 03 (três) meses, a partir da sua finalização;

3.3 Estão excetuados os casos em que forem verificados mal uso ou imprudência por parte dos funcionários dessa Secretaria.

3.4 A mão de obra deverá ter sua respectiva nota fiscal emitida e entregue à Secretaria Municipal de Agricultura para fins de atesto.

4. PROPOSTA

a) A cotação de preços deverá ser entregue a Prefeitura de Cordeiro – Setor de Compras, devidamente preenchida, que encaminhará para as devidas providências.

4.1 – Para efeito de montagem da proposta de preços, cada licitante deverá considerar as especificações dos produtos de referência deste Termo de Referência;

4.2 – Foi feita pesquisa de preços de serviços a serem realizados, tendo como base esse projeto Básico. Portanto, os serviços ofertados deverão apresentar as mesmas características de qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento e serviços de referências;

4.3 - O licitante que ofertar serviços com características de qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento, e acabamento diferente daquelas dos serviços de referência, apenas com o objetivo de reduzir o preço ofertado diante dos demais licitantes, estará sujeito, caso se consagre vencedor da licitação e seus serviços sejam reprovados pelos critérios citados acima, a serviços de referência constantes deste Termo, pelo preço ofertado, sem ônus para o Município de Cordeiro-RJ.

4.4 - Tipo de licitação: menor preço por LOTE.

4.5 – Na proposta de preços, cada licitante deverá informar as marcas e modelos dos produtos ofertados.

4.6 – Antes de ser declarado provisório vencedor, a proposta de preços do licitante melhor qualificado, deverá ser avaliada, a fim de verificar se os serviços ofertados atendem às especificações do Termo de Referência.

5. DA ENTREGA E PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - O início para a realização dos serviços necessários deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Agricultura do Município de Cordeiro.

5.2 A Execução dos serviços serão realizados em uma única vez, num prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir da solicitação.

5.2 – Efetuados os serviços, o mesmo será fiscalizado em conformidade com as especificações e solicitações desta Secretaria, sempre cumprindo o exposto nesse Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6 - CONTROLE DA EXECUÇÃO

6-1- Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e entrega dos veículos, anotando em registro próprio todas as ocorrências verificadas e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6-2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6-3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços será de responsabilidade do fiscal de contrato nomeado por esta Secretaria, Mauro Torres Gonçalves.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - A CONTRATADA deverá apresentar o Documento Fiscal para cobrança respectiva do serviço até o 5º (quinto) dia útil da data final de adimplemento da obrigação, ao órgão solicitante, para fins de atesto do serviço, instrução do processo de liquidação e pagamento, de acordo com o Cronograma Físico – Financeiro.

8.2 - A Prefeitura Municipal de CORDEIRO pagará a CONTRATADA, o valor correspondente ao objeto, em que couber, em cada mês, no 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, uma vez obedecido às formalidades legais e contratuais previstas, Ou seja, a cada mês deverá ser emitida nota fiscal correspondente à prestação de serviços daquele mês.

8.3 - Os pagamentos, eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à Contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e juros moratórios de 0,5 % ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, etc.

9.2 – Executar os serviços nas suas dependências (oficina) e avisar a essa Secretaria o término dos mesmos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.3 - Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Fiscal de Contrato referentes às condições firmadas nas especificações e normas técnicas;

9.4 - Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

9.5 - Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do contrato;

9.6 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente termo de referência;

9.7 - Pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais relativas aos serviços executados e/ou materiais entregues, com base no Termo de Referência, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

9.8 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.9 - Efetuar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, mediante autorização expressa (ordem de fornecimento de material). A Nota Fiscal será emitida imediatamente na execução dos serviços, a qual constará além do valor total, a descrição dos serviços realizados;

9.10 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.11 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.12 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13 – Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

10 - DO ÓRGÃO REQUISITANTE

10.1 - Solicitar, na data da abertura dos envelopes da presente licitação e se julgar necessária, a presença de servidor da Secretaria Municipal de Agricultura.

10.2 - Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

11-1 - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11-2 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11-3 - Fraudar na execução do contrato;

11-4 - Comportar-se de modo inidôneo;

11-5 - Cometer fraude fiscal;

11-6 - Não manter a proposta.

11-7 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.7.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.7.2 - Multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

11.7.3 - Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.7.4 - Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.7.5 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

11.7.6 - Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

11.7.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.7.8 - Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.7.8.1 - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.7.8.2 - Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.7.8.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.7.8.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993,

11.7.8.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7.8.6 - Demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá dirigir-se à Prefeitura Municipal de Cordeiro/Secretaria Municipal de Agricultura, de 2ª à 6ª feira – das 07 às 16 horas.

12. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Prefeitura Municipal de Cordeiro/Secretaria Municipal de Agricultura, em conformidade com a legislação pertinente e sempre de acordo com o presente Projeto Básico.

Cordeiro, 23 de Novembro de 2017

Amarildo Lanes Luz
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Pesca



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PROJETO BÁSICO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA
AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ELÉTRICA**

A Secretaria Municipal de Trânsito do município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, convida esta conceituada EMPRESA a participar da presente cotação de preços para atender suas necessidades, conforme especificação abaixo:

1. OBJETO

Pregão para aquisição de peças automotivas e contratação de serviços de mecânica para atender os veículos oficiais desta Secretaria:

- Veículo: placa LKT6130 – Marca/modelo:VW/GOL 1.0 - ano 2008/2009 - combustível ALCOOL/GASOLINA - cor PRETA

1.1 JUSTIFICATIVA

A aquisição de peças se faz necessária para que sejam efetuados os serviços de conserto do veículo, devido o uso diário.

SERVIÇOS:

Fornecimento de peças específicas a serem utilizadas e/ou substituídas no conserto do veículo, bem como mão de obra referente à execução dos seguintes serviços.

- Revisão em sistema de injeção;
- conserto em módulo central,
- revisão em caixa de fusíveis e
- recuperação de chicote.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

- a. Podem participar pessoas jurídicas devidamente habilitadas a prestarem os serviços objeto do presente procedimento, formalmente convidadas pela Secretaria Municipal de Trânsito.
- b. O proponente deverá preencher o documento de cotação de preço de material e/ou serviço, fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.
- c. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos orçamentos dos exercícios de 2017, compromissada por conta das Dotações Orçamentária e Natureza de Despesas abaixo descritas.

3. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A Secretaria Municipal de Trânsito solicitará a(s) firma(s) vencedora(s) do certame a execução dos serviços de mecânica, incluindo a substituição das peças necessárias conforme especificado nesse Projeto Básico.

3.2 Toda peça utilizada e/ou substituída no conserto do veículo deverá ser nova, sem uso anterior, em condições perfeitas para seu funcionamento bem como estar dentro do seu prazo de garantia/validade.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

3.3 A parte de execução dos serviços deverá ter garantia de no mínimo 03 (três) meses, a partir da sua finalização;

3.4 Estão excetuados os casos em que forem verificados mau uso ou imprudência por parte dos funcionários dessa Secretaria.

3.5 Tanto as peças como a mão de obra deverão ter sua respectiva nota fiscal emitida e entregue à Secretaria Municipal de Trânsito para fins de atesto.

4. PROPOSTA

A cotação de preços deverá ser entregue a Prefeitura de Cordeiro – Setor de Compras, devidamente preenchida, que encaminhará para as devidas providências.

4.1 – Para efeito de montagem da proposta de preços, cada licitante deverá considerar as especificações dos produtos de referência deste Termo de Referência;

4.2 – Foi feita pesquisa de preços das peças e serviços a serem realizados, tendo como base esse projeto Básico. Portanto, os produtos e serviços ofertados deverão apresentar as mesmas características de qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento e acabamento dos produtos e serviços de referências;

4.3 - O licitante que ofertar produtos e serviços com características de qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento, e acabamento diferente daquelas dos produtos e serviços de referência, apenas com o objetivo de reduzir o preço ofertado diante dos demais licitantes, estará sujeito, caso se consagre vencedor da licitação e seus produtos e serviços sejam reprovados pelos critérios citados acima, a fornecer os produtos e serviços de referência constantes deste Termo, pelo preço ofertado, sem ônus para o Município de Cordeiro-RJ.

4.4 - Tipo de licitação: menor preço por lote.

4.5 – Na proposta de preços, cada licitante deverá informar as marcas e modelos dos produtos ofertados.

4.6 – Antes de ser declarado provisório vencedor, a proposta de preços do licitante melhor qualificado, deverá ser avaliada, a fim de verificar se os produtos e serviços ofertados atendem às especificações do Termo de Referência.

5. DA ENTREGA E PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS DAS PEÇAS

5.1 - O início para a realização dos serviços com a troca das peças necessárias deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Trânsito do Município de Cordeiro.

5.2 – Tanto o fornecimento das peças como a realização dos serviços serão realizados em uma única vez, num prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir da solicitação.

5.2 – Efetuados os serviços, o mesmo será fiscalizado em conformidade com as especificações e solicitações desta Secretaria, sempre cumprindo o exposto nesse Termo de Referência.

6 - CONTROLE DA EXECUÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6-1- Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e entrega dos veículos, anotando em registro próprio todas as ocorrências verificadas e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6-2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6-3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços será de responsabilidade do fiscal de contrato nomeado por esta Secretaria, o Sr. Marcelo Vieira Bon Leite

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - A CONTRATADA deverá apresentar o Documento Fiscal para cobrança respectiva do serviço até o 5º (quinto) dia útil da data final de adimplemento da obrigação, ao órgão solicitante, para fins de atesto do serviço, instrução do processo de liquidação e pagamento, de acordo com o Cronograma Físico – Financeiro.

8.2 - A Prefeitura Municipal de CORDEIRO pagará a CONTRATADA, o valor correspondente ao objeto, em que couber, em cada mês, no 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, uma vez obedecido às formalidades legais e contratuais previstas, Ou seja, a cada mês deverá ser emitida nota fiscal correspondente à prestação de serviços daquele mês.

8.3 - Os pagamentos, eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à Contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e juros moratórios de 0,5 % ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, etc.

9.2 – Executar os serviços nas suas dependências (oficina) e avisar a essa Secretaria o término dos mesmos;

9.3 - Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Fiscal de Contrato referentes às condições firmadas nas especificações e normas técnicas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.4 - Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

9.5 - Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do contrato;

9.6 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente termo de referência;

9.7 - Pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais relativas aos serviços executados e/ou materiais entregues, com base no Termo de Referência, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

9.8 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.9 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, mediante autorização expressa (ordem de fornecimento de material). A Nota Fiscal será emitida imediatamente na entrega do material, a qual constará além do valor total, a descrição dos serviços realizados constando todas as peças trocadas com as suas respectivas marcas;

9.10 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.11 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.12 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13 – Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

10 - DO ÓRGÃO REQUISITANTE

10.1 - Solicitar, na data da abertura dos envelopes da presente licitação e se julgar necessária, a presença de servidor da Secretaria Municipal de Trânsito.

10.2 - Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11-1 - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11-2 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11-3 - Fraudar na execução do contrato;

11-4 - Comportar-se de modo inidôneo;

11-5 - Cometer fraude fiscal;

11-6 - Não mantiver a proposta.

11-7 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.7.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.7.2 - Multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

11.7.3 - Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.7.4 - Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.7.5 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

11.7.6 - Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

11.7.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.7.8 - Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.7.8.1 - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.7.8.2 - Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.7.8.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.7.8.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.7.8.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7.8.6 - Demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá dirigir-se à Prefeitura Municipal de Cordeiro/Secretaria Municipal de Trânsito, de 2ª à 6ª feira – das 13 às 17 horas.

12. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Prefeitura Municipal de Cordeiro/Secretaria Municipal de Trânsito, em conformidade com a legislação pertinente e sempre de acordo com o presente Projeto Básico.

Cordeiro, 24 de agosto de 2017

Fabiano Rodrigues Pinto
Secretário Municipal de Educação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO N.º XXX/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 545;546;547;548;578;600;660/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056 / 2017.

TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CORDEIRO - RJ E A EMPRESA _____.

Aos «dia» dias do mês de «mes», do ano de «ano_ext», o PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, pessoa jurídica de direito público interno com sede administrativa à Av. Presidente Vargas, nº42/54 – Centro – Cordeiro/RJ, CNPJ Nº 28.614.865/0001-67, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Cordeiro, Sr. LUCIANO RAMOS PINTO, portador da Carteira de Identidade nº 704.133.037-9 (SSP – RS) e do CPF nº 043.514.727-74, residente e domiciliado em Cordeiro/RJ, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa «**Empresa**», CNPJ n.º «CNPJ», estabelecida à «ENDEREÇO», neste ato representada pelo Senhor «**REPRESENTANTE**», portador da Carteira de Identidade nº «IDENTIDADE» e do CPF nº «CPF», residente e domiciliada em «DOMICILIO», doravante denominado CONTRATADO, tendo como respaldo o resultado do Pregão Presencial 056/2017, celebram o Presente contrato de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal n.º 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, visando aquisição de peças e contratação de serviços para manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Trânsito e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I do edital mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DEFINIÇÕES

1.1- Para efeito deste contrato, significam.

a) - CONTRATADA - Empresa que fornecerá os materiais

b) - CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO;

c) - CONTRATO - acordo existente entre CONTRATADO e CONTRATANTE, materializado e formalizado neste instrumento;

d) - FISCALIZAÇÃO - servidor formalmente indicado pela autoridade competente, para acompanhar a entrega dos produtos, objeto deste contrato;

e) - FORÇA MAIOR - evento fora do razoável controle do CONTRATANTE ou da CONTRATADA, e que torne impraticável o desempenho das obrigações assumidas em razão do contrato, inclusive qualquer fato cuja ocorrência tenha sido determinada por ação ou omissão do CONTRATANTE ou da CONTRATADA, eivada de negligência, imperícia ou imprudência, e qualquer fato que razoavelmente pudesse ter sido previsto antes da assinatura deste Contrato, e cujas consequências adversas pudessem ser evitadas ou minoradas em razão desta previsão;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

f) - **ORDEM DE SERVIÇO** - documento emitido pelo CONTRATANTE, através de autoridade competente, autorizando o início da execução do Contrato;

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO:

2.1 - Aquisição de peças e contratação de serviços para manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Trânsito e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO FORMA E LOCAL DE ENTREGA

3.1 - PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO

a) - Os materiais e serviços objeto deste contrato deverão ser entregues e executados de acordo com os Projetos Básicos em anexo.

3.2 - FORMAS DE ENTREGA E EXECUÇÃO

3.2.1 - A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

- a) – Entregar as peças e executar os serviços de acordo com os Projetos Básicos em anexo;
- b) - Entregar os produtos contendo em sua embalagem a data de fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos;
- c) - Repor o produto dentro do prazo de validade e/ou vida útil, no caso de qualquer alteração dos mesmos;
- d) - Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;
- e) - A contratada comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este edital, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigida.
- f) - Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da aquisição dos produtos.

3.3 - LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO

3.3.1 - A contratada ficará sujeita a entregar as peças e executar os serviços de acordo com os Projetos Básicos em anexo .

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1- Pela integral e satisfatória execução deste Contrato indicados na cláusula 02, a contratada receberá a importância de R\$ «VALOR» («VALOR_EXT»).

4.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em contra corrente do fornecedor, por ordem bancária em prazo não superior a 30 (trinta) dias da emissão da Fatura ou Nota Fiscal. Sob



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

nenhuma hipótese será acatada cobrança através de Boleto Bancário.

4.3 - O pagamento de cada serviço será efetuado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO** em prazo não superior ao 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.

4.4 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO**, o devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

4.5 - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário Municipal do órgão requisitante da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO**.

4.6 - Caso o **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO** efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

4.7 - A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.

4.8 - As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome do **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO**, com o seguinte endereço: Av. Presidente Vargas, nº42/54 - Centro – Cordeiro/RJ, CEP: 28540-000, CNPJ: 28.614.865/0001-67.

4.9 - Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos produtos devidamente corrigida e atestada pelo Secretário (a).

4.10 - A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal dos produtos, por parte da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO**, deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.

4.11 - Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual, inclusive.

CLÁUSULA QUINTA-AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO:

5.1- Todas as supressões, acréscimos ou complementações terão seus preços fixados com base nos valores vigentes ou equivalentes na proposta da CONTRATADA, caso a proposta não tenha preços que possam servir de parâmetro para a definição do valor acordado entre CONTRATANTE E CONTRATADO, com base nos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO:

6.1 - As despesas decorrentes da contratação objeto, no valor de R\$ 13.315,37 (treze mil, trezentos e quinze reais e trinta e sete centavos), desta licitação correrão no exercício de 2017, à conta dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

seguintes recursos orçamentários:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100412.046

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.30

FICHA: 195

FONTE: 03

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100412.046

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.30

FICHA: 195

FONTE: 03

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100412.046

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39

FICHA: 210

FONTE: 13

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100412.046

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39

FICHA: 207

FONTE: 03

PROGRAMA DE TRABALHO: 0801.1236100462.047

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.30

FICHA: 219

FONTE: 04

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Trânsito

PROGRAMA DE TRABALHO: 1101.0612200282.079

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39

FICHA: 406

FONTE: 03

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Agricultura

PROGRAMA DE TRABALHO: 0501.2012200202.023

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39

FICHA: 121

FONTE: 03

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1- Sem prejuízo as demais obrigações constantes deste instrumento, o CONTRATANTE obrigarse-á:

a) - Fornecer todas as informações disponíveis e necessárias sobre o fornecimento, caso não conste, da documentação que integra este contrato, e assumir a responsabilidade pela sua correção e adequação; e.

b) - Envidar esforços para superar qualquer problema superveniente à execução do fornecimento,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

cuja solução esteja a seu alcance ou para a qual possa contribuir efetivamente.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1- Sem prejuízo das demais obrigações constantes deste instrumento, a CONTRATADA responsabiliza-se pelo cumprimento dos deveres contratuais indicados a seguir, referenciados pelos subtítulos em negrito.

OBRIGAÇÕES DE CARÁTER GERAL:

8.2- A CONTRATADA obriga-se a:

a) - Entregar os produtos objeto deste contrato em conformidade com as normas e especificações vigentes e de acordo com a necessidade da Contratante;

b) - Agir, em relação a qualquer assunto referente ao presente Contrato, como assessora fiel da CONTRATANTE, e resguardar os legítimos interesses desta e quaisquer contatos com terceiros ou subcontratados;

c) - Não participar direta ou indiretamente, de qualquer negócio ou atividade profissional que possa conflitar com as atividades sob sua responsabilidade, nos termos deste contrato;

d) - Responder pelas ações e omissões de seus fornecedores e prestadores de serviços e pessoa direta ou indiretamente empregada pelos mesmos, assim como por ações ou omissões de seus próprios diretores e empregados. Nenhuma disposição deste Contrato criará em relação contratual entre qualquer subfornecedor/subcontratados e o CONTRATANTE, para pagar ou fazer com que sejam pagos quaisquer dos referidos subcontratados;

e) - Arcar com os custos decorrentes da utilização, equipamentos, dispositivos ou processos patenteados devendo preservar, indenizar e manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, resultante desta utilização;

f) - Manter o CONTRATANTE informado de todos os detalhes do fornecimento objeto deste contrato e elaborar relatórios específicos, caso solicitado;

g) - Arcar, com ônus de todas as obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias ou securitárias.

8.3 - A licitante vencedora obriga-se a entregar os objetos a que se refere esta licitação de acordo estritamente com as especificações descritas neste edital, sendo de sua inteira responsabilidade: a reposição do objeto do certame que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações; todos os custos e despesas, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, materiais, equipamentos, serviços, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, lucro, entrega dos itens além de quaisquer outros aqui não elencados e se comprometendo a atender todas as características deste edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidade e prazos .

CLÁUSULA NONA - INTERRUPÇÃO DA ENTREGA:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

9.1- Os eventuais atrasos ou interrupções na entrega dos produtos, provocados por motivo de força maior, deverão ser comunicados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE dentro de no máximo dois dias corridos contados de sua ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES:

10.1- Se a CONTRATADA deixar de cumprir o disposto neste instrumento ficará sujeita às seguintes sanções, a serem aplicadas alternativas ou cumulativamente:

a) - Advertência;

b) - Multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

c) - Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos; e.

d) - Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

11.1- O Contrato será válido por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública, de acordo com os artigos 57, II e 65 e seguintes todos do diploma legal nº8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO:

12.1- O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses e condições previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO:

13.1- Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

a) - Edital e anexos

b) - Proposta da Contratada

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-ORDEM DE PRECEDÊNCIA DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O CONTRATO:

14.1 - Para efeito de interpretação deste Contrato, será observado o seguinte:

a) - No caso de divergência entre a proposta apresentada pela CONTRATADA e o edital, prevalecerá o disposto no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMUNICAÇÕES:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15.1- As comunicações necessárias em razão deste Contrato devem ser feitas por escrito, e enviadas através de telegrama, carta registrada, ou fax, a um dos seguintes endereços, conforme o caso:

- a) – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
Av. Presidente Vargas, nº42/54 - Centro – Cordeiro/RJ
- b) - «Empresa»
«ENDEREÇO».

15.2- A comunicação será considerada efetivada a partir da data de seu recebimento, que deve ser confirmado pelo destinatário tão logo seja possível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1- As alterações que se fizerem necessárias serão formalizadas através do Termo Aditivo.

16.2 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho. Caso haja supressão que exceda o limite estipulado no § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, a mesma pode ser realizada desde que resultante de acordo entre as partes, conforme disposto no inciso II do § 2º do mesmo artigo.

16.3- A Lei 8.666/93, alterada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, regerá, subsidiariamente, a aplicação deste Contrato e a solução de litígios que eventualmente, dele possa resultar.

16.4- O foro do presente Contrato será o da Comarca de Cordeiro/RJ, excluído qualquer outro, ainda que privilegiado.

16.5 - E por estarem de acordo com as condições aqui pactuadas, lavrou-se o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo efeito, o qual, após ser lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE, CONTRATADO e TESTEMUNHAS.

Cordeiro, «dia» de «mes» de «ano».

CONTRATANTE

«Empresa»
CONTRATADA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV – TERMO DE CREDENCIAMENTO

**TERMO DE CREDENCIAMENTO
(FORA DO ENVELOPE)**

Ao Pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO

Pelo presente, credenciamos o(a) SR.(a) _____, portador(a) da cédula de Identidade sob o nº _____ e CPF sob nº _____, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público.

Na qualidade de representante legal da empresa _____, outorga-se acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de recurso, bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de _____

Nome do representante Legal da Empresa:

Assinatura _____

Carimbo do CNPJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E
IDONEIDADE
(FORA DO ENVELOPE)**

Ref.: PREGÃO nº <n.º pregão><ano pregão>

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº <cnpj da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do cpf>, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão Presencial.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Ressalva: desejo usufruir da prerrogativa do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 ()

<local e data>

<representante legal>

Observação:

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Ref.: Pregão nº <nº pregão><ano pregão>

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. ()

<local e data>
<representante legal>

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA
DE PEQUENO PORTE
(FORA DO ENVELOPE)**

Ao Pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO

DECLARAÇÃO

(nome/razão social) _____.
Inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu
representante legal o(a) sr(a) _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF
nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Edital de
PREGÃO PRESENCIAL nº 056/2017, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da
lei, ser microempreendedor Individual, microempresa ou empresa de Pequeno Porte nos termos da
legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123/2006.

Cordeiro, _____ de _____ de _____.

(representante legal)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Ref.: Pregão nº <nº pregão><ano pregão>

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, para fins do disposto no art. 9º da Lei nº8.666, de 21 de Junho de 1993, que não existe em seu quadro de empregados, conforme determina o Art. 9ºda Lei 8.666/93, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

<local e data>

<representante legal>

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.